

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que a respeitável
SENTENÇA de fls. 209/213 foi regis-
trada sob nº 191101 de fls. 840186
do livro próprio nº 80 deste Cartório
Cascavel, 23 de 11 de 2001

IRENE ALVES DE SOUZA
Funcionária Jurementada

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé, que nesta data
expedi o edital suscitado pelo respeitável
despacho de fls. 209/213 afirmando por
cópia no Edifício do Fórum no lugar de costume.
Cascavel, 26 de 11 de 2001

Irene Alves de Souza
Ana Paula Amaral D. Lisboa

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data Expedi
Quarta Conforma
Sentença Alto
..... dou fé
Cascavel, 26 de 11 de 2001

IRENE ALVES DE SOUZA
Funcionária Jurementada

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé, que nesta data
expedi o mandado retratado pelo respeitável
despacho de fls. 209/213 Laenice e fil
Cascavel, 26 de 11 de 2001

IRENE ALVES DE SOUZA
Funcionária Jurementada

P O D E R J U D I C I A R I O
Juízo de Direito da 1ª Vara Cível
Comarca de Cascavel - ESTADO DO PARANA
ELIZABETH AMARAL LOPES VILAR
ESCRIVÃ



EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS.
FALENCIA DE: CALÇADOS MANDARIM LTDA.



O DOUTOR IRAJA PIGATTO RIBEIRO, JUIZ DE DIREITO DA
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANA, NA FORMA
DA LEI, etc.

F/A/Z/ S/A/B/E/R/ a todos quantos o presente edital
virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos nº 716/1999 de
PEDIDO DE FALENCIA em que são partes: CALÇADOS RAMARIM LTDA - Re-
querente e CALÇADOS MANDARIM LTDA - Requerida, foi decretada a FA-
LENCIA de CALÇADOS MANDARIM LTDA. cuja sentença passada nos autos
vai a seguir transcrita: " Vistos e examinados. CALÇADOS RAMARIM
LTDA, requereu a Falência de CALÇADOS MANDARIM LTDA, ambas quali-
ficadas nos autos, dizendo-se credora da requerida pela importân-
cia de R\$ 13.891,38, representada pelas duplicatas que juntou(23).
A requerida, citada, ofereceu defesa, dizendo, em síntese, que não
pode a Requerente se valer da ação de falência para a cobrança do
seu crédito, que o protesto foi irregular, já que não foi observa-
do o disposto no artigo 10 da Lei de Falência e não foi o seu re-
presentante legal intimado pessoalmente, que não é insolvente, que
não há prova da qualidade de comerciante das partes, que não pediu
a remessa das mercadorias enviadas pela requerente e, por fim, que
nem todas as duplicatas que instruem o pedido estão acompanhadas
do comprovante de entrega das mercadorias. Sobre a defesa manifes-
tou-se a Requerente às fls. 184/187. O Ministério Público, com
vistas dos autos, opinou pela decretação da quebra(fl. 189/199).
A requerida, pediu o cálculo do débito para depósito, que não fez.
Realizou-se audiência visando conciliação das partes, tendo na
ocasião a Requerida proposto o pagamento parcelado da dívida não
aceito pelo Requerente. é o relatório. **Decido.** O pedido de falên-
cia está devidamente instruído. As duplicatas juntadas pela Reque-
rente foram devidamente sacadas e protestadas, por falta de devo-
lução e pagamento, e, com exceção daquelas oriundas das NFs nºs.
251246, 252040 e 252041, estão devidamente amparadas por compro-
vantes de entregas das mercadorias(fl. 20, 59 e 90). Sobreleva
notar, por válido, que a s mercadorias relacionadas nas NFs
251246, 252040 e 252041, foram entregadas à Empresa Pandolfo dos
Reis & Cia Ltda., com sócios parcialmente idênticos à
Requerida(autos 715/99, deste Juízo, onde teve a empresa decretada
a sua quebra) e estabelecida no mesmo endereço. Sobre a intimação
do apontamento, certificou o Sr. Oficial de Protesto ter intimado
a sacada, por seu representante legal, pessoalmente, e via notifi-
cação no seu endereço, nada havendo nos autos que inquine, minima-
mente, a presunção de veracidade e a fé pública que se extrai da-
quela afirmação. Para argumentar, assinale-se que a Lei se conten-
ta com a entrega do aviso no endereço do devedor, não sendo neces-
sária a entrega ao próprio(Lei nº 9.492/97, artigo 14). No mais,
com a efetivação do protesto cambial, cabível e regular na espécie
em comento, era dispensável o protesto especial a que se refere o
artigo 10 da Lei de Falências. Outrossim, assentam o estado de in-
solvência da requerida o não pagamento pontual dos diversos títu-
los líquidos e certos, a existência de depósito elisivo, além da
não demonstrada capacidade patrimonial, de modo que não há que se
falar, nestas circunstâncias, em uso indevido do processo falimen-
tar ou até mesmo em impossibilidade jurídica do pedido. Note-se
que bem poderia a Requerida, uma vez que assim pediu, ter efetuado
o pagamento da dívida ou até mesmo, ad cautelam, o depósito elisi-

vo, até parcialmente. No entanto, malgrado dizendo possuir condições de fazê-lo, não o fez. Noutro aspecto, note-se que os documentos de fls. 158/181 não se referem aos títulos em cobrança, não servindo de prova do pagamento da dívida. Por outro lado, a comprovação de que a Requerida exerce atividade comercial está no estatuto social juntado por ela própria, estando, ademais, demonstrada pela requerente o crédito que a legitima ao pedido de falência. Acentue-se, para finalizar, que a alegação da Requerida de que não contratou a compra das mercadorias enviadas pela Requerente não alcança maior relevância se, malgrado o que alegou, recebeu e não as devolveu. Ademais, os pagamentos parciais ocorridos (p.ex. das NFs 250509, 250510, 251082 - fls. 167, 169 e 173) afastam a irresponsável adução de inexistência de negócio. No mais, ainda que não se negue as consequências funestas da falência, estando presentes os requisitos legais à sua decretação, não socorre o devedor renitente a lembrança dos prejuízos pessoais e sociais decorrentes da quebra. Nestes termos, com fulcro no artigo 1º da Lei de Falências, decreto nesta data, às 14:00 horas, a falência de CALÇADOS MANDARIM LTDA, estabelecida na Av. Brasil nº 6.174, neste município de Cascavel, Paraná. Exerce a gerência da sociedade a sócia DENISE MARIA PANDOLFO DOS REISS. Fixo o 30º (trigésimo) dia anterior à data do primeiro protesto o termo legal da falência e assino o prazo de 15 (quinze) dias para as habilitações de crédito. Nomeio Síndica a requerente, que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas deverá assinar o compromisso legal, observando o disposto no artigo 60, § 5º, da Lei nº 7.661/45. Proceda o síndico à arrecadação dos bens do falido (art. 70 da Lei nº 7.661/45), cumprindo, no mais, o determinado no artigo 63 da Lei de Falências. Diligencie a Sra. Escrivã: a) pelas providências dos artigos 15 e 16 da Lei de Falências; b) pela lacração do estabelecimento por oficial de Justiça, que deverá desde logo relacionar os bens nele encontrados, com ciência do Dr. Curador; e c) pela tomada de declarações do falido por termo, na forma do art. 34 da Lei de Falências, designando-se a data de 24 horas e intimando-se. Certifique-se a decretação da falência em todas as ações em trâmite nesse Juízo em que for parte CALÇADOS MANDARIM LTDA, fazendo conclusos os autos respectivos. Finalmente, oficie-se às Serventias Cíveis desta Comarca e à Vara do Trabalho de Cascavel, noticiando a decretação da falência. P.R.I. Cascavel, 23 de outubro de 2001. (a) Irajá Pigatto Ribeiro. JUIZ DE DIREITO. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente edital para conhecimento de terceiros, em três vias, publicando uma vez no órgão Oficial da Imprensa do Estado, e uma vez no Jornal de ampla circulação local, sendo ainda, afixado no lugar de costume no átrio do Fórum. **DADO e PASSADO** nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano dois mil e um. Eu _____ (IRENE ALVES DE SOUZA) - Funcionária Juramentada, da 1ª Vara Cível, que digitei e subscrevi.

Irene Alves de Souza
FUNCIONARIA JURAMENTADA
SUBSCRIÇÃO AUTORIZADA
PELA PORTARIA 07/92
(ART. 225, VII, CPC)